

NOTAS**Lei Geral do Transporte Público**

Em sessão ordinária, realizada na segunda-feira (4), os vereadores de Pato Branco aprovaram um projeto em segunda votação e apresentaram sete indicações e 25 requerimentos. Dois projetos foram lidos e passam a tramitar pela Casa, o Projeto de Lei nº 169, de 2021, de autoria do Executivo, que altera dispositivos da Lei nº 3.598, de 26 de maio de 2011, que instituiu a Lei Geral do Transporte Público do Município de Pato Branco; e o Projeto de Resolução nº 3, de 2021, de autoria da Mesa Diretora – composta pelos vereadores, Joecir Bernardi (PSD), Claudemir Zanco (PL), Lindomar Brandão (DEM) e Thania Caminski (DEM), que acrescenta dispositivos no Regimento Interno da Câmara Municipal, “dispondo sobre o procedimento especial de tramitação de projeto de consolidação de leis”. (CV)

Obras do acesso ao shopping

Em segunda votação, na Câmara Municipal de Pato Branco, na segunda-feira (4), foi aprovado o Projeto de Lei nº 161, de 2021, de autoria do Executivo, autorizando a abertura de crédito especial, no valor de R\$ 25.896,86.

O recurso é referente à devolução de saldo remanescente, após a conclusão das obras constantes no Convênio nº 845753, de 2017, celebrado entre o Município de Pato Branco e a União, por intermédio do Ministério das Cidades, para “pavimentação asfáltica e execução de passeios na travessa Escolástica Tatto; construção de passagem sobre o rio Ligeiro, para ligação da travessa Escolástica Tatto à avenida da Inovação; e execução de passeios na avenida da Inovação, avenida Tupi e rua Assis Brasil”. (CV)

Refugiados em condições de miséria

O deputado estadual Requião Filho (MDB) protocolou nesta semana, na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), o projeto de lei 528/2021 que pede mais atenção do Estado às famílias de refugiados, apátridas e imigrantes que foram transferidos pelo Governo Federal aos municípios paranaenses. São centenas de pessoas que estão enfrentando grandes dificuldades, vivendo muitas vezes em situação de miséria, com a ajuda de grupos voluntários de assistência social.

“São seres humanos que precisam ser acolhidos, assim como muitos de nossos antepassados que, um dia, também precisaram ser abraçados pela nossa pátria e que hoje formam a base étnica de miscigenação da população brasileira. Precisamos que as crianças e adolescentes dessas comunidades, em especial, tenham mais apoio socioemocional e mais atenção inclusive para aprender a nossa língua”, justificou o parlamentar.

Situação do aterro sanitário foi debatida na Câmara

Cristina Vargas

cristina@diariodosudoeste.com.br

A sessão ordinária de segunda-feira (5) da Câmara Municipal de Pato Branco contou com a participação do diretor do Departamento Municipal de Desenvolvimento Ambiental, Normélio Bonato, que falou sobre o aterro sanitário municipal.

Ele foi convidado pelos vereadores Claudemir Zanco (PL), Eduardo Albani Dala Costa (MDB), Januário Koslinski (PSDB), Marcos Junior Marini (Podemos) e Romulo Faggion (PSL).

Normélio apresentou todos os investimentos realizados nos últimos anos para melhorar as condições do aterro sanitário, com aquisição de novos equipamentos, organização dos espaços e ações realizadas. Também explicou a função de cada um dos espaços do aterro, informando qual tipo de resíduo cada um comporta.

“Vimos de uma cultura que achamos que alguém é responsável para dar destino ao lixo que a gente produz. Mas a lei existe e temos trabalhado nessa condição cultural, de mudança, para as pessoas entenderem que precisam dar destino ao seu lixo”, destacou.

Segundo Normélio, o aterro do município tem quatro setores. Um setor é para receber todo o material que é retirado dos lotes, das propriedades, como re-



Normélio Bonato, diretor do Departamento Municipal de Desenvolvimento Ambiental

síduos da limpeza do jardim, móveis velhos, sucatas do quintal que podem acumular água e proliferar mosquitos da dengue.

Há um outro setor onde está sendo feita compostagem com o material orgânico, para produção de adubo utilizado no município, como é o caso dos canteiros e floreiras.

Ainda tem o setor da triagem, onde trabalha a cooperativa. “Em 2010 houve um decreto que determinou que todo município que priorizasse as cooperativas ou associações de pessoas de baixa renda teriam mais facilidade nos recursos da União, e já em 2011 começamos a trabalhar nesse sentido. Na época havia cerca de 16 coo-

perados e hoje há em torno de 45 pessoas trabalhando. Eles fazem a coleta do material e a triagem nos barracões. Todos os caminhões e barracões é do Município em comodato com a cooperativa. A esteira e a prensa, que custam mais de R\$ 400 mil, a cooperativa ganhou do Instituto de Logística Reversa do Paraná (Ilog) que tem mais de 300 empresas e indústrias no setor de embalagens”, frisou. Já o quarto setor é a célula onde é depositado o lixo orgânico.

Dejetos dos animais

Na oportunidade, Normélio foi questionado pela vereadora Thania Maria Caminski Gehlen (DEM) sobre o decreto que proibiu o re-

colhimento dos dejetos dos animais. Ela perguntou qual seria a solução que a Secretaria de Meio Ambiente tem para oferecer aos moradores que têm animais. Sugeriu fazer uma composteira para usar esses dejetos como adubo.

Normélio explicou que a composteira já existe no aterro, onde se usa todo o material orgânico, porém o problema está no recolhimento dos dejetos.

“Se o gari colocar esses dejetos no caminhão que recolhe orgânico, vejo que terá um problema sério, pois nem ele e nem as pessoas vão aguentar o cheiro. Hoje, se a pessoa levar no aterro recebemos sem nenhum problema, mas essa questão ainda teria de ser estudada, discutida, porque ainda não tenho nenhuma solução de imediato para resolver esse problema”, ressaltou.

Normélio também foi questionado sobre o processo de triagem do material recolhido e sobre a diferença que há entre lixo e aterro sanitário, que colocou em dúvida a situação de Pato Branco.

O vídeo com a exposição completa do diretor do Departamento Municipal de Desenvolvimento Ambiental, no Legislativo, com os questionamentos dos vereadores e o debate sobre o assunto, pode ser assistido no site do **Diário do Sudoeste** (www.diariodosudoeste.com.br).

Audiência pública vai debater Plano de Regularização Fundiária

Assessoria

No próximo dia 14, o Poder Legislativo do Município de Pato Branco realizará Audiência Pública para debater o Projeto de Lei nº 136, de 2021, que dispõe sobre o Plano de Regularização Fundiária – Programa Moradia Legal.

O Programa Moradia Legal foi criado pelo Tribunal de Justiça do Estado do

Paraná (TJPR) para regularização das moradias de famílias de baixa renda, em áreas de posse que não tenham disputa judicial.

A audiência vai ser realizada no Plenário de Sessões da Câmara Municipal, às 16h. Os cidadãos podem participar da audiência de maneira presencial, respeitando o limite máximo de

52 pessoas sentadas no espaço do público, utilizando a máscara e fazendo a higienização com álcool em gel, ou por meio das redes sociais da Câmara. Todas as perguntas feitas pelos usuários durante a audiência, serão transmitidas aos presentes para que sejam respondidas pelo Executivo e Legislativo.

Matheus Tur

■ Turismo / Fretamento
■ Viagens para compras em São Paulo

Fone (46) 3232-1861
3232-1786

www.matheustur.com.br
contato@matheustur.com.br

Dra. Renata Bigolin Siviero
Especialista em retina e vítreo

A saúde dos seus olhos em primeiro lugar

> Recursos Tecnológicos > Central de Exames
> Equipe Especializada

Marque sua avaliação pelo:

Tel.: (46) 3272-2616 WhatsApp: (46) 99135-3887
Avenida Brasil, 707, Centro - Pato Branco - PR

RENATA SIVIERO
OFICINA DE OLHOS

CRM PR - 34.804 | RQE 25.984